



Várias mãos, uma cultura

RETRATOS
da arte popular
pernambucana

5

Maria
da Cruz



**Várias
mãos,
uma
cultura**

RETRATOS
da arte popular
pernambucana

5

**Maria
da Cruz**

apresentação



Arte popular tem história, tem alma. Por onze anos, eu tive, no Recife, a loja Artesan Brasil. De tudo que havia, as viagens de garimpo era o que eu mais gostava de fazer. Passava horas conversando com os artesãos e artesãs, artistas de suas terras, deixando tarefas importantes pra mais tarde. Eles, em geral, gostavam de mostrar cada detalhe da criação, apaixonados pelo que fazem. Isso traz o especial sentido do seu trabalho.

Quem vive essas experiências se encanta com o assunto, e foi pensando em compartilhar essas descobertas que surgiu a idéia do projeto *Várias mãos uma cultura: retratos da arte popular pernambucana*. Durante todo o processo, aconteceram inúmeras trocas, iniciando por Camila Bandeira. Juntas, começamos a tecer o fio para criar a nossa rede de pessoas e histórias. Elas foram chegando, se encantando com o assunto e nosso grupo se formou naturalmente. Fomos conduzidos pela empatia e pelo mesmo propósito de honrar esses ícones do artesanato e da arte popular brasileira.

Esses livros foram criados em um ambiente de afeto e de respeito. Transbordam emoção pelas experiências que vivenciamos. Fomos acolhidos pelos artesãos e envolvidos pelo seu carinho e amor. Meu agradecimento de coração e alma a rede que foi e continua sendo tecida: Camila Bandeira, Julia Almeida, Bruno Albertim, Isabela Cunha, Roberto Miranda e Luciana Calheiros, e aos artesãos que nos receberam em suas casas, de coração aberto. Foi uma linda caminhada que me emociona com o resultado desse registro.

Marly Queiroz



Maria de Ana das Carrancas



Na noite anterior, uma multidão suada coagulava o asfalto atrás do trio elétrico de uma veterana banda baiana de axé music e chacoalhava atrás de outro trio, puxado por José Alexandre da Silva Filho, nome de batismo de um potiguar conhecido pela alcunha de Xand Avião, cantor que embala de vaquejadas e micaretas a festas oficiais os interiores do Nordeste com seu forró saliente e eletrônico. No evento conhecido todos os anos como Puxada de Aniversário, o nível de decibéis na principal avenida da cidade era de se fazer ouvir pelas poucas carrancas de madeira ainda usadas para decorar os barcos do rio não muito longe dali.

Embora possua, segundo os dados oficiais, quase 40 por cento de sua população vivendo sob a linha da pobreza, Petrolina se orgulhava, naquele dia, de ter a maior terceira economia municipal ligada à produção agropecuária no país. Altiava e festeira, a cidade gosta de comemorar seu aniversário, lembrando sua fundação, em 1870, na esteira de uma missão católica de catequese às comunidades ribeirinhas da região.

No dia seguinte, contudo, o grande evento de comemoração dos 128 anos de fundação da metrópole sertaneja teria como motivo e homenagem uma forasteira, migrante que ali chegara, algumas décadas antes, acompanhada de um marido cego duas filhas pequenas, órfãs do pai biológico. Na bagagem, trazia uns trocados da venda de uns casebres num sítio e pouco mais que o sonho de poder beber, à hora que quisesse, a água do São Francisco, caudaloso e perene, rio que lambe a cidade em suas margens e faz de Petrolina referência na exportação de mangas, uvas e outras frutas de alto padrão para o mercado internacional.

Maria teve que esperar o sol baixar. Com temperaturas que podem chegar aos 41 graus num inocente dia de primavera, a quentura estava de fritar ovo no chão. “O desfile teve que acontecer no comecinho da noite. Se fosse mais cedo, o calor matava todo mundo”, dizia Maria da Cruz, à espera da parada, cívica e alegórica, em homenagem à sua mãe naquele final de dia.



À frente do cortejo, estava a centenária Philarmônica 21 de Setembro, orquestra com 113 anos de serviços musicais prestados à cidade. Entre carros alegóricos e plataformas móveis, as primeiras alas lembravam o início da trajetória da mãe de Maria da Cruz antes de sua chegada a Petrolina. Cenas em referência à cidade piauiense de Picos, onde a matriarca começou a vender os primeiros potes e panelas de barro. Em seguida, mais volumosa, uma ala com

as famosas carrancas por ela criadas. Depois, alegorias sobre a chegada da artista ao céu. Estudantes de escolas municipais e estaduais, fanfarras e bandas marciais distribuídos e organizados por temas.

No último carro alegórico, Maria estava sentada numa espécie de trono. No ano de 2023, o aniversário de 128 anos de Petrolina comemorava o centenário de nascimento de Ana das Carrancas, mulher que inscreveu o nome da cidade no mapa de excelência da arte popular do Brasil com uma obra extensa, difusa, em torno de figuras zoomórficas e de feições humanas numa atualização e interpretação das antigas carrancas usadas como adorno e amuletos contra maus espíritos nos barcos pesqueiros do São Francisco.

Entre as filhas, um trono cenográfico trazia a figura da Dama do Barro. “Nunca recebi tanta gente, estudantes, meninos e meninas, para eu contar o que sei da vida de minha mãe”, dizia Maria que, dentre outros compromissos daquele ano, precisou viajar até a capital fluminense, onde a Universidade



Federal do Rio de Janeiro, havia declarado 2023 como o “Ano Comemorativo de Ana das Carrancas”. No centenário da artista, o reitor Mario Carneiro quis que a universidade discutisse e celebrasse a obra de Ana das Carrancas, por ser uma mulher “negra, pobre e nordestina, que escapou da seca e da miséria pela potência de seu trabalho artístico”, tornando-se figura de relevo para a cultura nacional.

“Os aspectos simbólico e biográfico de suas obras são fortíssimos, servindo também

como um retrato da força do brasileiro e do poder transformador da arte”, disse o reitor.

Honrarias como essas entram em contraste com memórias não muito distantes da família. Maria da Cruz cresceu ouvindo histórias de um racismo nada velado e alimentado pela escravidão muito recente de africanos e afrodescendentes no País e de parentes próximos.



Fotografia, em detalhe, de uma insígnia na cor branca contornada de dourado sobre uma caixa de camurça vermelha, cuja base foi destacada do fundo e encaixada no topo da tampa, formando um triângulo. A medalha tem um miolo com um brasão ao redor do qual está escrito em dourado: “Ordem do Mérito Cultural”. Tem três pétalas em forma de coroa e uma seta brancas que aponta para baixo. A insígnia está pendurada em uma fita larga vermelha que está presa ao suporte. No canto inferior direito, um broche em miniatura com o mesmo formato da medalha.



Batizada como o nome da primeira esposa de Dom Pedro I, em homenagem à imperatriz consorte do Brasil, a avó de Maria da Cruz chamava-se Maria Leopoldina. Nasceu em Angelim, perto da cidade pernambucana de Garanhuns. Mas foi fazer a vida na fronteira com o Piauí, no então distrito de Santa Leopoldina, no município pernambucano de Ouricuri, onde a mãe de Maria da Cruz veio ao mundo no ano da graça de 1923 em que o Nordeste, desassistido com a transferência do poder econômico e político

para o Sudeste com o declínio da economia da cana de açúcar, vivia uma de suas secas mais atroz. Nasceu com o nome de Ana Leopoldina Santos. O uso de nomes nobres, não raro, era estratégia para sobrevivência social por aqueles marcados pela linha de cor que separa, na pele, os brasileiros em categorias e destinos.

Para alimentar a família, dona Leopoldina levava a filha Ana para vender de porta em porta as louças e potes feitos do barro retirado no chão do sítio em que viviam. A pequena Ana devia ter uns oito anos de idade, não mais que isso: ao chegarem à casa de uma senhora com a cerâmica ensacada, a mulher propôs à sua mãe um serviço em troca de uns vinténs. Que ela pusesse o café colhido e já seco pela família, para torrar e moer em pó.

Enquanto a mãe trabalhava na torra, a filha ficou brincando com uma garotinha da família.

Maria não esquece do que a mãe conta ter ouvido naquele dia. “Ela disse que, no meio da casa, apareceu um homem

muito alvo, de olhos azuis”. Em seguida, o homem fixou os olhos naquela pequena presença negra em sua sala. “Olhando para ela, ele disse: ‘Coitada, muiê (sic), nordestina e preta, essa aí não vai dar para nada que preste na vida’. Aquilo doeu muito nela, mesmo ela sendo tão pequena”. Como resposta silenciosa, Ana disse para si própria: “Meu nome é Ana Leopoldina dos Santos. E eu vou marcar meu nome na história desse lugar”.

Adulta e rebatizada com o nome de Ana das Carrancas, Ana Leopoldina (1923-2008) – assim batizada porque era costume, na época, as meninas terem os sobrenomes da mãe; e os meninos, os dos pais –, teve uma trajetória de mais de cinquenta anos celebrada por suas carrancas moldadas no barro extraído do São Francisco. Criadora de uma poética e mítica ribeirinha no século 20, suas figuras zoomorfas e antropomorfas reinventaram no barro as antigas figuras em madeira usadas nas proas das embarcações do Rio São Francisco – como amuleto contra maus espíritos ou apenas por vaidade

e identificação das embarcações. Projetaram a arte popular pernambucana para muito além de suas fronteiras originais.

Maria da Cruz, sua primogênita, mantenedora e ampliadora do legado da mãe, passaria a ser conhecida apenas como Maria de Ana. “Eu tenho muito orgulho de ser a filha dela. De ser parecida com ela e de ser conhecida como a filha de Ana das Carrancas”.

Antes de desfilar naquele carro branco, adornado por um grande pássaro cenográfico e fotos contando a história da mãe com as filhas, com seu pai e seu padrasto, muito barro rolou pelas águas da vida de Maria de Ana.

Ana das Carrancas nasceu praticamente louceira. Aprendeu com a mais perene das escolas, sua mãe, que por sua vez, aprendera também com a mãe dela, o ofício de transformar o barro em utilitários numa época em que a cerâmica era o instrumento da cocção da comida de casa dia a dia. Além de



potes e moringas, muito pequena fazia já santos de lapinha e os brinquedos da época, peças lúdicas para as crianças brincarem fabulando cenas do cotidiano: boizinhos e vaqueiros, cavalinhos e burricos, bonecas, panelinhas.

No ano de 1932, seu pai, o agricultor Joaquim Inácio de Lima, migrou com dona Maria Leopoldina e a prole em busca de melhores condições de vida na cidade piauiense de Picos. Era um tempo em que a seca tangia famílias de lá para cá.

“Minha avó se casou pela primeira vez aos 13 anos de idade. No ano da abolição da escravidão (1888), era filha de um índio e de um preto. Já estava viúva e com mais de 30 anos de idade quando se casou com meu avô, Joaquim Inácio. Só conheci minha avó; meu avô, não cheguei a conhecer. E ela dizia que ele só tinha nome. Não tinham nem sobrenome. Quando chegaram no Piauí é que ele botou esse sobrenome de Lima. Foi no cartório e escolheu”.





Fotografia de uma carranca de barro com as costas da cabeça alongada e aberta na parte de cima, como uma canoa. A cara tem pequenas orelhas pontudas, como dos felinos, sobrancelhas arqueadas, olhos esbugalhados, nariz com narinas grandes, lábios finos com o buço levemente boleado. Tem ranhuras verticais na franja e nas laterais da cabeça-canoa. A peça está sobre uma superfície vermelha.

Na bem frequentada feira local, Ana começa a vender suas primeiras peças e, aos 22 anos, conhece seu primeiro marido, o pedreiro Luiz Frutuoso da Silva. Do encontro, nascem Maria da Cruz e sua irmã Ana Maria – que não seria artista, mas se tornaria esposa do escultor de carrancas de Petrolina Domingos da Trindade Lopes. Maria e a irmã mal lembram do pai biológico. “Quando eu tinha três anos, ele morreu”. Frutuoso não resistira a um acidente com um caminhão do tipo caçamba em que trabalhava.

Na mesma praça de comércio popular em que sustentava as filhas, Ana conhece seu segundo e definitivo amor. Cego de nascença, José Vicente de Barros era obrigado pela família a se valer da deficiência visual para ganhar a vida como cantador por esmolas. O “cego da feira” fez a corte a Ana algumas vezes até o conseguir permissão para o primeiro beijo. “Ela relutou em casar com ele porque tinha medo que ele maltratasse a gente. Morreu aos 81 anos, e nunca encostou na gente. Meu padrasto foi um pai maravilhoso, não podia ter sido melhor”.

Com a seca também em Picos, a miséria da família se agravava. “Lá em Picos, minha mãe ouviu falar que em Pernambuco tinha um lugar maravilhoso, com um rio enorme, que não secava nunca, a coisa mais bonita do mundo”.

Ana, que ainda não era das Carrancas, faz a viagem, boa parte dela a pé, com o marido cego e as outras duas meninas com destino à promessa de vida úmida na cidade banhada pelo São Francisco. No ano de 1954, Petrolina era um dos poucos centros urbanos de toda a região.

O marido a ajudava a coletar o barro para ser transformado na louça vendida na feira de Petrolina. Mas o advento das panelas de alumínio e de utensílios como pratos e canecas de plástico, além de inovações tecnológicas como a surpreendente panela de pressão para o fogão a gás, faziam da cerâmica utilitária algo de interesse cada vez menor nas feiras locais.

O Rio São Francisco, então, era povoado por matueiros flutuando em várias direções na sua superfície, homens que



levavam alimentos e outros víveres de primeira necessidade para as comunidades ribeirinhas mais afastadas.

Todo dia, Ana ia buscar água na beira do rio. Viu, longe da margem, um pé de uma árvore chamada mussambê bem florido. Pensou, a filha conta, “Ali tem barro”.

Cavou e achou uma argila verde, boa de manuseio. Um homem que passava no momento a teria interpelado:

“A senhora tá procurando ouro?”. “Não, mas do barro, eu posso fazer ouro”.

“Este homem”, conta Maria da Cruz, teria dito à mãe, “que os antigos colocavam cabeças de bichos e outras figuras nas proas dos barcos, que era uma coisa que vinha do tempo antigo, da época dos vikings”. Com a história na cabeça, dona Ana chegou em casa e fez sua primeira carranca. “Minha mãe fez a primeira carranca só de ouvir falar. Nunca tinha visto uma. Só viu, muito tempo depois, numa viagem a Juazeiro”.

A carranca, na verdade, era o que ela chamava de “gangula”, uma pequena barcaça em madeira, adornada com



No começo da carreira, Ana das Carrancas chama a atenção de nomes importantes interessados em promover a arte popular pernambucana. Na foto, com o então ministro do Itamaraty, Gui Brandão, e o ex secretário de cultura de Pernambuco, Francisco Bandeira de Mello.

uma figura mítica, uma carranca, em sua proa. “Pensei: nesse barco, viaja um velho com um menino pra vender jerimum. Botei um velhinho dentro com os jerimums, uns bolinhos de barro para fingir que era jerimum; e o menino. E fiz a cobertinha de barro, pensando que era palha, para proteger no sol, e a carranca na frente. Deu sorte”, confirmou Ana das Carrancas, em depoimento ao clássico *O Reinado da Lua* – escultores populares do Nordeste, livro das pesquisadoras Silvia Coimbra, Flávia Martins e Maria Letícia Duarte, obra que descortinou o universo da criação

popular nordestina para o Brasil quando de sua primeira edição, no início dos anos 1980.

No mesmo tabuleiro das louças, as carrancas e “gangulas” eram vendidas na feira de Petrolina. Não sem provocar estranhamento entre os consumidores locais. “Em Petrolina, o pessoal fazia mangação do meu trabalho. Dizia que era coisa de doida, de uma maluca, uma idiota. Eu nunca liguei. Até que Jesus me deu a graça de ter quem gostasse do meu trabalho”, ela explicou, em depoimento à mesma publicação.

No ano de 1963, intelectuais e eruditos como Lina Bo Bardi incentivavam, com acervos em museus e exposições volumosas, o interesse pela arte popular brasileira. A serviço da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – Fundarpe, os pesquisadores e turismólogos Olimpio Bonald Neto e Francisco Bandeira de Melo descobrem o trabalho de Ana numa viagem a Petrolina motivada também pelo interesse nas grandes obras de abastecimento com a água do São Francisco. Sugerem a distribuição de pequenas “gangulas” como presentes aos convidados para a inauguração da Biblioteca Municipal de Petrolina naquele ano.

Foi no ano de 1963 que comecei a fazer carranca. Para a inauguração da biblioteca (...) fiz diversos barquinhos que foram a atração do pessoal. Fiz também caras de moças, de índio, de diversas coisas. Eu botei o nome de carranca porque penso que carranca é um bicho feio. Eu fazia a peça feito um animal com aquela cara feia. Depois, encontramos mais pessoas, falavam que tinha barca com carranca que botava até penacho na cabeça para espantar mau olhado (...) isso é lenda. Eu fiz como símbolo do São Francisco. Não penso em espírito (...) Então, não devo incutir ninguém que isso seja para espantar espírito. Não sei se ele é bom ou ruim. Eles são invisíveis. A gente não está vendo eles, mas eles estão vendo a gente. Assim, não devo atacá-los. Eu faço carranca no sentido de

melhorar minha situação, e valorizo onde elas estão sendo valorizadas. (Ana das Carrancas, em: O Reinado da Lua, 1980).

Depois de publicada uma reportagem assinada por Bonald Neto e Bandeira de Melo alguns dias depois num jornal de grande circulação no Recife, as encomendas das carrancas de Ana, ali já não mais Ana da Feira, ou Ana do Cego, mas já Ana das Carrancas, não mais cessaram.

Se a mãe ia se forjando artesã e artista, a filha Maria da Cruz, sem saber, também iniciava seu aprendizado. Nos finais de semana e ao voltar da escola, ajudava Ana no manuseio do barro. As tarefas eram distribuídas para fazer a encomenda funcionar numa linha de produção. À menina, cabia coletar o barro no leito do rio e limpá-lo de suas impurezas, e fazer as bases do barquinho para a mãe moldar sobre ele a cabecinha da carranca. Até o dia em que teve coragem de fazer, sozinha, sua primeira peça.



Antes de conhecer seu marido José Vicente, Ana fazia suas figuras com os olhos sem furos.





Fotografia colorida de Maria, moldando uma carranca. Com a mão esquerda, segura a base da peça e com a direita perfura a argila com um lápis cinza, fazendo a narina direita. A carranca tem orelhas pequenas pontudas, como dos felinos, no alto da cabeça; sobranceiras arqueadas; olhos amendoados; focinho com nariz pequeno; e a boca ainda por fazer. À direita, Ana, desfocada em primeiro plano, vista de costas, do ombro para cima. Ela é negra, tem cabelos pretos curtos, usa brinco prateado de argola pequena e corrente fina de prata.

“Quando eu tinha sete, oito anos, ela pegou uma encomenda para fazer quinhentas peças para a obra da praça do porto fluvial de Petrolina. Ai, ela pediu: ‘Minha filha, me ajuda porque é muita coisa para mim sozinha’. Eu fazia a parte da barquinha, que era a parte mais fácil, e ela a cabeça e colocava a cobertura. Nesse tempo, depois de uns quatro ou cinco dias, teve uma hora que eu pensei, ‘Vou fazer uma surpresa’. Mãe era muito carinhosa, tava sempre perto de mim. Aí, eu disse que tava com calor, me afastei dela e fui prum canto, bem escondida. Fiz uma peça bem bonitinha, fiquei com medo de ela não gostar, mas entreguei a ela e os olhos dela brilharam. Nesse momento em diante, ela disse assim:

“Agora, eu tenho quem me ajude’. Senti que os olhos dela quiseram lacrimejar”.

No início, as carrancas de Ana tinham olhos vívidos, mais arredondados. Com o tempo, ficam ligeiramente mais amendoados. Em 1973, o sucesso comercial de suas peças se consolidando

em exposições e prêmios, ela faz, sempre muito católica, uma promessa para conseguir sustentar a família sem que o marido precisasse seguir pedindo esmolas na feira. Graça alcançada, Ana das Carrancas passa a conferir um ar mais tristonho às figuras. Em vez de desenhar, passa, então, a furar-lhes os olhos. Com o marido cego longe das esmolas da feira, as carrancas de Ana adquirem sua característica definitiva: O olhar sem retinas que parece se perder diante das águas do Velho Chico.

“Na realidade, suas carrancas guardam muito pouco ou quase nada das carrancas tradicionais: desde o material empregado (o barro) até as formas, ditadas também pela própria matéria-prima, que não permite o mesmo tipo de esculturação e efeito da madeira, material utilizado nas carrancas antigas. Dessas, as de Ana retêm apenas a ideia mais geral da representação de figuras imaginárias, fantásticas, espantosa, misto de animal e ser humano”, confirmam as autoras, em *O Reinado da lua*.



Depois de uma promessa de fé para ver o marido curado da cegueira, Ana das Carrancas passaria a furar os olhos de suas figuras; José Vicente, no entanto, morreria cego. FOTOGRAFIA Ivan Cruz "Jacaré"

Embora preservem a matriz original de inspiração nas antigas figuras míticas de proa, suas criações ganham feições próprias, impostas também pela maleabilidade própria do barro. Carrancas cinzeiros, com três faces, vasos, cabeças de Cristo, moringas com corpo de gente, figuras indígenas feitas em jarro, jardineiras e as figuras totêmicas, meio humanas, meio animais. O repertório de Ana passa a ser incorporado também pela filha, Maria da Cruz.

Consagrada, em 2005, Ana recebe a Ordem do Mérito Cultural das mãos do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e do ministro da cultura, o cantor e compositor baiano Gilberto Gil. Um ano depois, o Governo de Pernambuco a reconhece na primeira leva de artistas agraciadas com o título de Patrimônio Vivo de Pernambuco, reconhecimento com uma bolsa vitalícia em dinheiro, cerca de R\$750,00 nos valores da época.





FOTOGRAFIA Ivan Cruz "Jacaré"

Mais nova (e mais avessa a falar, em entrevistas, do trabalho da mãe) que Maria, a irmã Ângela é também ceramista. Terceira das filhas de Ana, ela, na verdade, foi adotada como filha, em 1978, aos dez dias de vida, com a morte de sua mãe biológica, casada com um irmão de Ana das Carrancas.

Inspirada na obra do artista gráfico holandês Escher, constrói mandalas, mosaicos e painéis em que carrancas fundem-se umas às outras, com volumetria e jogos óticos geométricos. Uma leitura mais "contemporânea"

da obra materna. Juntas, cuidam do Centro Cultural Ana das Carrancas, criado em 2000, num terreno da União em Petrolina, como centro de preservação da memória da artista, oficinas, ateliês, comércio e visitação turística.

Ana das Carrancas falece no primeiro dia de outubro de 2008, aos 85 anos. De uma parada cardíaca após um acidente vascular cerebral que a deixou inerte cinco anos antes. "Foi muito triste ver minha mãe daquele jeito. Porque ela sempre foi uma pessoa muito alegre, muito animada".





À época em que foi reconhecida como mestra e Patrimônio Imaterial de Pernambuco, Ana das Carrancas deu origem ao centro cultural que leva seu nome e é mantido pelas filhas em Petrolina.

Maria nunca casou. Nem teve filhos. “Não quis, não aconteceu. Minha vida foi acompanhar minha mãe. Se eu casasse, podia ser que o marido não me deixasse acompanhar ela nas viagens e feiras pelo mundo”: palavras de uma filha com a escolha deliberada de preservar o legado estético de Ana das Carrancas.

“Gosto também de fazer vasos e objetos utilitários, porque lembram também da minha avó”, gosta de contar Maria de Ana, também, de alguma forma, Maria das Carrancas, cujas peças,

em comparação às da mãe, possuem também os olhos furados, porém mais redondos e vívidos, e com furos que não chegam a atravessar a argila de fora para dentro. Furos, formando, na verdade, grandes cavidades arredondadas. “Faço com o olho fundo porque o povo cobra muito. Pra manter a tradição. Sou do signo de touro. Meu verbo é ter, eu gosto de ter as coisas. Tenho sabedoria, força, saúde, tenho meu dinheiro, não é muito, mas é meu. E tenho a história da minha mãe para preservar”.





Fotografia colorida, em detalhe, das mãos de Maria da Cruz. Ela segura um pedacinho de argila com as pontas dos dedos das duas mãos. As unhas estão pintadas de rosa cintilante e os dedos estão lambuzados de argila. Ao fundo, em desfoque, uma mesa.



TÍTULO *Várias mãos, uma cultura:*
retratos da arte popular pernambucana
Volume 5 – Maria da Cruz

IDIOMA Português

CIDADE Recife

FORMATO digital

PÁGINAS 40

EDIÇÃO 1ª

ANO DE EDIÇÃO 2024

ISBN 978-85-60411-27-6

Idealização e curadoria
Marly Queiroz

Produção executiva
Camila Bandeira e Júlia Almeida
(Proa Cultural)

Textos
Bruno Albertim

Audiodescrição
Liliana Tavares (Com Acessibilidade)

Fotografia
Isabela Cunha

Projeto gráfico
Luciana Calheiros e Aurélio Velho
(Zoludesign)

Tratamento de imagem
Aurélio Velho (Zoludesign)

Este fascículo faz parte da coleção *Várias Mãos, uma cultura: retratos da arte popular pernambucana*, foi diagramado entre outubro de 2023 e janeiro de 2024. A fonte utilizada para os títulos é a TT Travels Next, desenvolvida por Kseniya Karataeva e Yulia Gonina, distribuída pela TypeType; para os textos, utilizou-se a Tablet Gothic Wide, projetada por José Scaglione e Veronika Burian, disponibilizada pela TypeTogether.

APOIO



PRODUÇÃO EXECUTIVA



INCENTIVO



Secretaria
de Cultura



